

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**COMO O MUNICÍPIO DE PARAÍ – RS DESENVOLVE
O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

ARTIGO

Morgana de Fátima Tecchio

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o artigo

**COMO O MUNICÍPIO DE PARAÍ – RS DESENVOLVE O
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

Elaborado por
Morgana de Fátima Tecchio

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Pública

COMISSÃO ORGANIZADORA

Guerino Antonio Tonin (UFSM)
(Orientador)

Diego Antonio Bittencourt Marconatto (UFSM)
(Examinador)

Roberto da Luz Júnior (UFSM)
(Examinador)

Santa Maria, 12 de Dezembro de 2015

COMO O MUNICÍPIO DE PARAÍ – RS DESENVOLVE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

HOW PARAÍ-RS COUNTY DEVELOPS THE PARTICIPATORY BUDGET

Morgana de Fátima Tecchio¹

Guerino Antonio Tonin²

RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de descrever como o município de Paraí-RS desenvolve o Orçamento Participativo, referindo normas que tratam do Orçamento, identificando a metodologia e construção do mesmo, relacionando os meios de divulgação e acesso aos cidadãos e por fim avaliar e descrever os critérios de elaboração do Orçamento Participativo no município de Paraí-RS. A realização deste foi através do método de investigação, assume caráter qualitativo e com coleta de dados através de documentos e entrevistas com os responsáveis pela coordenação, divulgação e prestação de contas do orçamento participativo, assim como de uma moradora e um vereador. Apesar de não contemplar toda a população, a participação é satisfatória e positiva, com maior mobilização nas comunidades do interior. Observa-se a importância da realização do Orçamento Participativo, no qual o município é referência na região. As principais prioridades locais são investimentos em melhorias nas sedes das comunidades; como prioridade municipal pavimentação no interior e cidade. Como programa municipal destaca-se a saúde através de consultas especializadas. Constatou-se, através da pesquisa, que o processo é adequado, sendo possível melhorar sua abrangência, incluindo organizações e instituições sem fins lucrativos, que auxiliem na realização do projeto. No entanto, há algumas demandas que precisam ser atendidas: a divisão do centro, pois esse bairro tem o maior número de habitantes e apenas uma assembleia e a elaboração de uma norma própria, buscando sistematizar o seu funcionamento e trazer maior transparência para o programa.

Palavras – chave: Orçamento Participativo, Transparência, Paraí-RS.

¹Funcionária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo (2013). E-mail: morgana_tecchio@hotmail.com.

² Professor Orientador. Doutor em Administração. Professor do Departamento de Administração da UFSM.

ABSTRACT

This study aimed to describe how the city of Paraí-RS develops Participatory Budgeting, referring norms dealing with the budget, identifying the methodology and construction of it, relating the means of dissemination and access to citizens and ultimately assess and describe the Participatory Budgeting drafting criteria in the city of Paraí-RS. Achieving this was through the research method assumes qualitative and data collection character through documents and interviews with those responsible for the coordination, promotion and provision of the participatory budget accounts, as well as a resident and a councilor. Although not contemplate the entire population, participation is satisfactory and positive, with greater mobilization in rural communities. It notes the importance of completing the participatory budget where the municipality is a reference in the region. The main local priorities are investments in improvements at the headquarters of communities; as a municipal priority flooring inside and city. As municipal program stands out health through specialized queries. It was found, through research, that the process is suitable, it is possible to improve its coverage, including organizations and non-profit institutions, assisting in the realization of their projects. However, there are some requirements that must be met: the division of the center, because this neighborhood has the largest number of inhabitants and a single assembly and the drafting of a standard itself, seeking to streamline your operations and bring greater transparency to the program.

Key - words: Participatory Budget, Transparency, Paraí-RS.

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública é tarefa nobre e requer que seus agentes estejam envolvidos para cumprir sua missão de gerir da melhor forma a máquina pública, preservando o interesse coletivo em suas ações governamentais.

Para uma boa gestão pública é necessário planejar o orçamento, possibilitando um controle e programação das finanças públicas, o que torna o Orçamento Participativo um instrumento de gestão participativa. Mecanismo esse de democracia, permitindo aos cidadãos participarem do orçamento do município através de assembleias abertas e periódicas com o poder público.

Com diferentes metodologias em cada município em que o Orçamento Participativo é executado, suas assembleias costumam ser realizadas em sub-regiões municipais, bairros ou distritos, em discussões temáticas e/ou territoriais, elegendo também delegados que representarão um tema ou um território nas negociações com o governo.

O procedimento metodológico adotado partiu de um estudo de caso através da observação de uma assembleia do Orçamento Participativo no município de Paraí, bem como de entrevistas com pessoas ligadas à coordenação do processo e coleta de dados através de material documental. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa.

Conforme destacam Ribeiro, Brown e Bliacheriene (2013, p.26) “A participação social, sob a forma de controle social, representa uma forma importante de ampliação da capacidade do Estado de monitorar, controlar e avaliar suas ações”.

Desta forma, o objetivo do estudo é descrever como é desenvolvido o orçamento participativo no município de Paraí-RS.

Para tanto, serão adotados os seguintes objetivos específicos:

- Referir as normas legais que tratam do Orçamento Participativo.
- Identificar a metodologia de planejamento e a construção do Orçamento Participativo.
- Relacionar os meios de divulgação e acesso aos cidadãos das informações relativas a todas as etapas que envolvem o Orçamento Participativo.
- Avaliar e descrever os critérios de elaboração do Orçamento Participativo no município de Paraí-RS.

Para ter êxito nos objetivos propostos, o setor responsável pelo Orçamento Participativo é fundamental na abrangência da pesquisa.

A relevância deste artigo reside no fato de que existem poucos estudos, específicos para o setor público, que apresentem considerações acerca da efetiva participação popular e desenvolvimento do Orçamento Participativo. Além disso, também para o município é importante ter documentado e registrado o trabalho que é desenvolvido através desse processo.

2 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento é um instrumento de planejamento indispensável à administração financeira de um órgão público, através do qual o gestor consegue planejar e controlar suas

receitas e despesas. É uma lei que contém por estimativa o cálculo da receita e da despesa, durante um ano financeiro.

O Orçamento Público é regulamentado pela Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, e pela Lei n.º 101, de 04 de maio de 2000. Constituído-se em um documento indispensável à administração financeira, ele contém a estimativa da receita e a fixação das despesas públicas.

Nesse sentido, ensina Antônio Celso Nogueira Leiria:

A lei orçamentária é o documento onde se consignam todas as atividades realizadas pelo estado, ou melhor dizendo, por ente da Federação. Embora os Poderes e empresas realizem orçamentos de seus exercícios e de suas atividades, pelo princípio da unidade (art. 2º, da Lei 4.320/64) o orçamento é do ente público, bem entendendo assim, a União, os Estados e o Distrito Federal e os Municípios (2012, p. 59).

O Orçamento Público para Vasconcellos (2007) é o ato de “previsão de receita e fixação de despesa” em um período determinado, que permite o controle das finanças públicas. Atua como instrumento de programação do Governo, sendo considerado rígido e estático.

Conforme estabelecido no artigo 149 da Constituição Estadual, o Orçamento Público ocorre por intermédio de três instrumentos: Plano Plurianual - PPA, Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. O orçamento pode ser entendido como um plano de trabalho, que serve como base de todas as ações e metas para a programação financeira do órgão.

Ribeiro, Brown e Bliacheriene (2013, p.24/25) destacam que “a participação popular no ciclo da política pública ou da gestão pública pode ser exercida de várias formas que, na democracia direta, variam da construção de conselhos aos mecanismos de consulta e participação diretas. Estas formas de participação popular podem ter caráter informativo, consultivo ou deliberativo”. Complementando que a participação atende aos princípios orçamentários da publicidade e da transparência.

A participação popular está consagrada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), em seu artigo 48, na qual a transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento, constituindo-se como instrumento de transparência da gestão fiscal.

No mesmo contexto, a Lei da Transparência (BRASIL, 2011) em seu artigo 9, complementa “o acesso a informações públicas será assegurado mediante: [...] realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação”.

Para Crepaldi, através do Orçamento Participativo o cidadão participa da vida pública e decide junto com o governo onde os investimentos serão realizados. Segundo esse autor,

Alguns Municípios e Estados brasileiros adotam o Orçamento Participativo (OP) como forma de permitir que cidadãos participem da elaboração do orçamento. De forma democrática, as pessoas são convidadas a dar opiniões sobre a definição de prioridades (obras e serviços mais importantes). Por exemplo, o povo, diretamente, pode participar da decisão de se construir ou uma praça ou uma escola pública; adiar a construção de uma ponte para concluir a construção de um hospital. Enfim, é uma forma de permitir ao cidadão participar da vida pública.

O orçamento popular objetiva:

- ° Assegurar a participação das comunidades, de forma organizada e autônoma, no processo de discussão, elaboração e execução de uma parte do orçamento;
- ° Propiciar pleno exercício da cidadania, valorizando a participação da população no planejamento e definição dos investimentos públicos;
- ° Garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos, bem como a democratização do poder executivo. (2009, p. 237).

Complementa Nascimento (2010, p.28), “o objetivo do orçamento participativo é concretizar de forma mais direta e cotidiana o contato entre os cidadãos e o governo” o que possibilita considerar os interesses dos cidadãos nos processos de decisões. Assim, a metodologia do Orçamento Participativo permite que a sociedade participe de uma forma mais atuante.

Para Gardel Amaral, o Orçamento Participativo:

pode ser compreendido como uma oportunidade, instituída por algumas prefeituras brasileiras, com o propósito de permitir a interferência direta da comunidade na definição de certas ações públicas. Durante a fase de preparação da proposta orçamentária, normalmente no primeiro semestre do ano, a prefeitura promove consultas públicas que permitem a representantes de bairros, associações de moradores, lideranças comunitárias e a qualquer cidadão opinar sobre prioridades a serem implementadas no próximo ano. [...] Os representantes opinam, também, sobre os valores que deverão ser destinados a essas prioridades. Sendo os recursos públicos geralmente escassos, a decisão em favor de uma obra terá como reflexo o adiamento de outras prioridades. Assim, o Orçamento Participativo pode representar um compartilhamento de responsabilidades entre Governo e Comunidade (2005, p.1)

O Orçamento Participativo é um processo do controle social e da participação popular na formação e elaboração do Orçamento Municipal, possibilitando a participação ativa nos

gastos do município, sendo também um instrumento de transparência na gestão pública. Através desse instrumento, em conjunto com a administração, os cidadãos definem suas prioridades.

3 MÉTODO DE PESQUISA

O presente trabalho utiliza estudo de caso como método de investigação, o qual é utilizado quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, R. K., 2005). Além disso, este estudo assume caráter qualitativo.

O método do estudo de caso corresponde a uma das formas de realizar pesquisas empíricas de caráter qualitativo sobre um fenômeno em curso e em seu contexto real. Parte da premissa de que é possível a imersão integral, profunda e minuciosa do pesquisador na realidade social investigada (LIMA, M.C., 2008). Permite, ainda, descrever uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre, e também é utilizado para explorar aquelas situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados.

Prodanov e Freitas (2013, p.97) descrevem coleta de dados como: “a fase do método de pesquisa, cujo objetivo é obter informações da realidade. Nessa etapa, definimos onde e como será realizada a pesquisa.” Complementando que após a etapa de coleta de dados é possível ter todas as informações necessárias para a realização do trabalho.

Nesse contexto, utiliza-se para o delineamento de pesquisa qualitativa, com coleta de dados através de entrevista e coleta de material documental. Foram realizadas entrevistas formais e informais com os responsáveis pela Coordenação, Divulgação e Prestação de Contas referente ao Orçamento Participativo, Natália Dido (Assessora de Imprensa) e Vivaldo Dal Pozzo (Secretário da Indústria, Comércio, Esportes e Transportes), ainda com a moradora do município Lianes Morés e o Vereador Mauricio Richetti. Além de participação e observação da assembleia realizada na Comunidade Barra Seca.

4 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE PARAÍ-RS

4.1 O município de Paraí

A pesquisa foi realizada no município de Paraí, criado em 09/07/1965, por meio da Lei Estadual n.º 4.977. Está localizado na encosta superior do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, com população estimada de 7.309 habitantes, no ano de 2015, área de 121,446 km², conforme os dados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

Abaixo mapa de localização territorial do município.

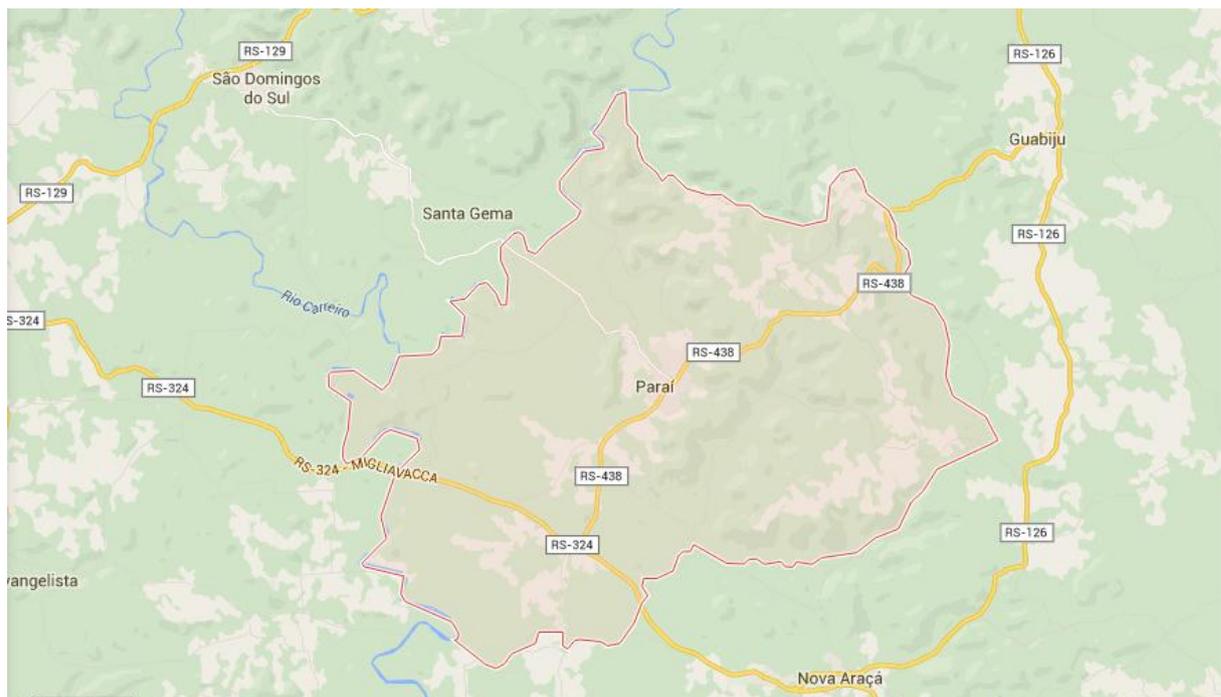


Figura 1: Paraí e seus limites municipais
Fonte: Google Mapas, 2015.

4.2 Desenvolvimento do Orçamento Participativo no município de Paraí

O Orçamento Participativo tem por objetivo ligar a voz da comunidade à Administração Pública, garantindo a melhor aplicação dos recursos públicos, fortalecendo e consolidando a democracia participativa na gestão pública.

O município de Paraí percebeu a necessidade da participação da comunidade no orçamento e passou a realizar o Orçamento Participativo. Anualmente são realizadas assembleias nas 19 (dezenove) comunidades do município, facilitando a participação popular e a transparência na gestão, elaboração e execução orçamentária.

Além da votação de prioridades locais e municipais, são definidos os delegados que representam as Comunidades, assim como os programas de investimento. A participação na assembleia é o que define o percentual recebido por cada comunidade no próximo ano para aplicação na obra local que recebeu maioria de votos.

Nas assembleias, em primeiro momento, são votados os programas de acordo com a preferência. Os programas estão divididos em secretarias:

- Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social;
- Saúde e Assistência Social;
- Educação, Cultura e Esporte;
- Obras e Viação;
- Administração, Finanças, Indústria, Comércio e Turismo.

Cada secretaria define três prioridades que serão apresentadas para a comunidade votante escolher, conforme segue cédula de votação Orçamento Participativo 2014/2015:

PROGRAMAS:	
Marque números de 1 a 5 de acordo com sua preferência.	
Lembre-se de votar apenas um Programa por Bloco.	
Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social	
<input type="checkbox"/>	A- Incentivo à bacia leiteira
<input type="checkbox"/>	B- Incentivo à infraestrutura rural
<input type="checkbox"/>	C- Incentivo à agricultura ecológica
Saúde e Assistência Social	
<input type="checkbox"/>	D- Estratégia de Saúde da Família (ESF)
<input type="checkbox"/>	E- Assistência Social
<input type="checkbox"/>	F- Consultas especializadas
Educação, Cultura e Esporte	
<input type="checkbox"/>	G- Qualificar as oficinas oferecidas no turno contrário da escola
<input type="checkbox"/>	H- Incentivo ao esporte amador e lazer
<input type="checkbox"/>	I- Investimentos para a qualificação da educação
Obras e Viação	
<input type="checkbox"/>	J- Pavimentação
<input type="checkbox"/>	K- Recuperação e ampliação da malha rodoviária municipal e melhoramento de entradas nas propriedades rurais
<input type="checkbox"/>	L- Basalto
Administração, Finanças, Indústria, Comércio e Turismo	
<input type="checkbox"/>	M- Melhoria de habitação de pessoas de baixa renda
<input type="checkbox"/>	N- Apoio à agroindústria e instalação de indústria de pequeno porte
<input type="checkbox"/>	O- Qualificação profissional de trabalhadores

Paráí, a Tua Terra!



Figura 2: Cédula de Votação Orçamento Participativo 2014/2015
 Fonte: Arquivo Municipal, 2014

Os presentes na assembleia escolhem de 1 a 5 de acordo com a sua preferência, sendo possível votar em apenas um programa por bloco. O 1º lugar equivale a 5 pontos, o 2º lugar a 4 pontos, o 3º lugar a 3 pontos, o 4º lugar a 2 pontos e o 5º lugar a 1 ponto.

Os votos/pontos são contados por programa, conforme Figura 3:

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - 2013										TOTAL PROGRAMA	TOTAL SECRETARIA			
ESCRUTINIO PROGRAMAS														
COMUNIDADE: <i>Saúde</i>														
DATA: <i>26/08/2013</i>														
Secretaria	Programa	1º LUGAR		2º LUGAR		3º LUGAR		4º LUGAR		5º LUGAR				
		Nº	05 PONTOS	Nº	04 PONTOS	Nº	03 PONTOS	Nº	02 PONTOS	Nº	01 PONTOS			
Agricultura	INC. A BACIA LEITEIRA	1	30	1	32	1	32	1	2	1	-	36	91	20
	INC. A INFRAESTRUT. RURAL	2	35	2	4	2	3	2	6	2	1	49		
	INC. A AGRICULTURA ECOLÓGICA	3	-	3	4	3	-	3	2	3	-	6		
Saúde	ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	4	30	4	8	4	3	4	-	4	-	45	116	30
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	5	-	5	36	5	6	5	-	5	1	23		
	CONSULTAS ESPECIALIZADAS	6	35	6	36	6	-	6	-	6	1	52		
Educação	QUALIFICAR OFICINAS TURNO CONTRÁRIO	7	-	7	-	7	6	7	-	7	2	8	39	50
	INCENTIVO ESPORTE AMADOR E LAZER	8	-	8	-	8	15	8	-	8	2	37		
	INVESTIMENTOS QUALIFICAÇÃO EDUC.	9	-	9	-	9	32	9	2	9	-	34		
Obras	PAVIMENTAÇÃO	10	30	10	4	10	6	10	6	10	-	26	69	30
	RECUPERAÇÃO E AMPL. DA MALHA ROD.	11	-	11	20	11	9	11	34	11	-	43		
	BASALTO	12	-	12	-	12	-	12	-	12	-	-		
Adm - ICT	MELHORIA DE HABITAÇÃO DE PESSOAS	13	-	13	4	13	-	13	32	13	7	23	57	40
	APOIO A AGROINDÚSTRIAS E INDÚSTRIA D	14	35	14	-	14	3	14	4	14	4	26		
	QUALIFICAÇÃO PROF. DE TRABALHADORE	15	-	15	-	15	-	15	2	15	6	8		

Figura 3: Contagem Votos: Programas Orçamento Participativo 2013
 Fonte: Arquivo Municipal, 2013

Após a votação dos programas da comunidade e contabilizadas as suas prioridades dentre os programas destacados, como na Figura 3, a prioridade da Comunidade Saúde, em agosto de 2013, foi Consultas Especializadas com 52 pontos.

Na segunda fase de votação, são escolhidos delegados para representar a comunidade – cada 10 (dez) votantes, 1 (um) delegado é escolhido. Também é votada a Obra Municipal para ser implantada no próximo ano (obras citadas pela administração pública) e, por fim, a Obra Local (que é definida pelos representantes e moradores da comunidade).



Orçamento Participativo 2014/2015

A sua participação é o que faz o Orçamento Participativo ser um instrumento forte e crescente no Município, um elo que liga a voz do povo à Administração. Ela é fundamental para garantir a melhor aplicação dos investimentos públicos, fortalecendo e consolidando a democracia participativa na gestão pública. Você é quem faz a diferença e faz acontecer o desenvolvimento!

VOTAÇÃO DO DELEGADO:

OBRAS MUNICIPAIS:

Escolha apenas 1 prioridade para ser implementada em 2015

- 01 – Investimentos para reforma da Casa da Cultura, Museu.
- 02 – Pavimentação no interior e na cidade.
- 03 – Continuação da construção de um novo ginásio municipal.
- 04 – Habitação popular.
- 05 – Construção de uma nova creche municipal.

OBRA LOCAL:

Defina 1 prioridade para a sua Comunidade

- Obra nº 1
- Obra nº 2
- Obra nº 3

Figura 4: Cédula 2 de Votação Orçamento Participativo 2014/2015
Fonte: Arquivo Municipal, 2014

A contagem desses votos resulta nas prioridades da comunidade para a Obra a ser realizada no município e para a Obra a ser realizada na comunidade, através dos recursos advindos do Orçamento Participativo.

Após escolhidos os delegados de todas as comunidades, dentre eles são eleitos os conselheiros que irão acompanhar mais ativamente o processo da distribuição e dos resultados do Orçamento Participativo.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2014		
DATA: 04.../06.../2014		
LOCAL: Sagrado Coração de Jesus		
ESCRUTINIO OBRAS MUNICIPAIS		
OBRA *	VOTOS	POSIÇÃO
1 Investimento p/ reforma da Casa da Cultura e Museu	4	4º
2 Pavimentação no interior e na cidade	50	1º
3 Continuação da construção de um novo ginásio municipal	8	3º
4 Habitação Popular	2	5º
5 Construção de uma nova creche municipal	26	2º
ESCRUTINIO OBRA LOCAL		
OBRA	VOTOS	POSIÇÃO
1 Melhorias no salão	53	1º
2 Puro na área aberta	32	2º
3		

Figura 5: Contagem Votos Obras Municipais Orçamento Participativo 2014
 Fonte: Arquivo Municipal, 2014

Além dessas prioridades, são escolhidos os delegados e suplentes para representar a comunidade nos resultados finais do Orçamento Participativo e de possíveis alterações no orçamento. No item Obra Local, a comunidade receberá o valor posteriormente calculado pelo número de moradores, votantes e participação nas assembleias. Valor esse, que deverá ser destinado para a obra local mais votada e a sua aplicação deve ser comprovada através de notas fiscais.

Com as assembleias realizadas em todas as comunidades é possível calcular quando cada uma irá receber e quais as prioridades para o município.

O P - PROGRAMAS - 2014 p/ 2015															
COMUNIDADES	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
Santa Terezinha	68	75	20	32	33	68	6	5	64	51	57	0	0	44	21
Nossa Senhora da Saúde	16	71	18	30	4	53	5	22	42	34	34	3	15	24	5
Santo Antônio	63	92	38	130	0	79	6	26	107	39	69	2	22	28	22
São Caetano	161	97	13	51	26	145	14	30	84	58	143	0	17	46	43
Nossa Senhora da Salete	89	205	4	56	9	262	20	27	156	68	159	0	32	45	60
São Mateus	35	134	3	13	0	188	11	31	71	87	80	0	11	25	45
Santo Anjo	68	59	16	52	9	121	29	45	44	55	91	4	35	47	29
Capoeirinha	32	181	8	35	9	163	17	29	78	22	165	0	13	44	47
Barra Seca	279	320	83	95	5	771	44	88	402	79	357	39	57	208	121
Sagrado Coração de	34	189	68	35	9	288	50	42	143	74	106	64	24	51	94
Santo Isidoro	22	97	24	15	4	126	17	10	80	27	84	0	5	10	56
São Luis	27	163	87	63	13	283	7	24	189	24	104	81	20	39	93
São João Bosco	14	12	5	14	5	16	0	9	9	0	22	2	2	2	8
Santa Maria Goreti	57	90	44	97	8	112	35	29	83	41	51	52	25	24	45
Navegantes	2	48	43	32	0	134	24	14	60	64	55	48	31	43	33
Palmeirinha	72	119	58	20	25	278	17	49	128	133	80	4	6	53	59
São Lucas	7	48	26	41	10	123	9	18	93	44	69	2	44	9	52
Lot. Minozzo e São José	54	130	77	80	28	181	18	67	154	63	145	60	55	52	81
Centro, L. Zadinello, São Pío X, L. Matiello	18	65	86	14	10	195	8	43	168	102	104	2	25	30	80
TOTAL	1118	2195	721	905	207	3586	337	608	2155	1065	1975	363	439	824	994
	4034			4698			3100			3403			2257		
17.492	Agricultura, M. Amb. Des. Social			Saúde A. Social			Educação Cult Esp			Obras e Viação			Admin. Finanças. Ind. Com. Tur.		
% programas	6,4	12,5	4,1	5,2	1,2	20,5	1,9	3,5	12,3	6,1	11,3	2,1	2,5	4,7	5,7
% secretaria	23,1			26,9			17,7			19,5			12,9		

Quadro 1: Resultado Programas Orçamento Participativo 2014

Fonte: Arquivo Municipal, 2014

Conforme o Quadro 1, a Secretaria com maior prioridade no município é a de Saúde e Assistência Social, no Orçamento Participativo de 2014, com 26,9%. Sendo a prioridade a letra F – Consultas Especializadas que totalizou 3.586 pontos. Dessa forma, o gestor sabe qual é a vontade da população e busca esforços e recursos para a sua realização.

O P - OBRAS MUNICIPAIS 2014 p/ 2015					
	1	2	3	4	5
Santa Terezinha	1	39	0	0	0
Nossa Senhora da Saúde	2	14	4	2	1
Santo Antônio	2	34	4	2	8
São Caetano	1	55	4	0	2
Nossa Senhora da Salete	1	85	3	5	15
São Mateus	0	43	5	0	1
Santo Anjo	1	37	3	4	8
Capoeirinha	0	46	8	1	3
Barra Seca	3	140	19	8	50
Sagrado Coração de Jesus	4	50	8	2	26
Santo Isidoro	1	31	4	1	3
São Luis	2	48	11	3	21
São João Bosco	0	3	1	0	2
Santa Maria Goreti	0	30	10	3	9
Navegantes	3	35	9	1	15
Palmeirinha	1	39	15	5	13
São Lucas	6	6	9	6	14
Loteamento Minozzo e São José	2	21	31	4	35
Centro	1	25	24	0	19
TOTAIS	31	781	172	47	245
PORCENTAGEM	2,4	61,2	13,5	3,7	19,2
1	Investimento p/ reforma da Casa da Cultura e Museu				
2	Pavimentação no interior e na cidade				
3	Continuação da construção de um novo ginásio munic				
4	Habitação Popular				
5	Construção de uma nova creche municipal				

Quadro 2: Resultado Obras Municipais Orçamento Participativo 2014
 Fonte: Arquivo Municipal, 2014

O Quadro 2 apresenta o resultado das Obras Municipais, dentre as quais a Pavimentação no interior e na cidade lidera a preferência com 781 votos, representando 61,2% dos votos válidos no Orçamento Participativo de 2014.

O P - OBRAS LOCAIS - 2014 p/ 2015		
COMUNIDADES	Nº pontos	OBRA LOCAL
Santa Terezinha	40	Melhorias no salão
Nossa Senhora da Saúde	22	Calçamento em frente ao salão
Santo Antônio	49	Melhorias no salão
São Caetano	65	Melhorias no salão e adequação
Nossa Senhora da Salete	109	Melhorias no salão e na churrasqueira
São Mateus	50	Construção da cozinha
Santo Anjo	43	Melhorias no salão
	9	Calçamento em frente ao salão
Capoeirinha	58	Melhorias no salão
Barra Seca	221	Churrasqueira e casa de carnes
Sagrado Coração de Jesus	58	Melhorias no salão
	32	Piso na área aberta
Santo Isidoro	34	Calçamento
	7	Cozinha
	2	Copa
São Luis	85	Melhorias do Salão e equipamentos
São João Bosco	8	Melhorias na churrasqueira
Santa Maria Goreti	39	Continuação do salão
	13	Continuação do calçamento
Navegantes	60	Ampliação da cozinha
Palmeirinha	51	Melhorias no salão
	21	Calçamento / sentido Goretti
São Lucas	17	Melhorias no salão
	25	Construção da casa de carnes
Loteamento Minozzo e São José	94	Melhorias no salão
Centro	55	Equipamentos para o Galpão do CTG
	14	Melhorias estrutura Clube Independente

Quadro 3: Resultado Obras Locais Orçamento Participativo 2014
Fonte: Arquivo Municipal, 2014

Quanto maior a participação da comunidade, mais valor essa recebe para realizar a Obra Local escolhida no Orçamento Participativo, conforme destaca o Quadro 3, com relação aos recursos a serem distribuídos para as comunidades.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PARA AS COMUNIDADES 2014 PI/ 2015															
NOME DA COMUNIDADE	POPULAÇÃO			VOTANTES			% PARTICIPAÇÃO			NOTA		RECURSOS			
	POPUL.	PESO	NOTA	VOT.	PESO	NOTA	%	PESO	NOTA	FINAL	%	TOTAL			
CAPOEIRINHA	110	1	0,02	274,52	58	5	0,22	3.780,67	52,73	4	0,34	5.787,42	0,58	5,8	9.842,61
SÃO CAETANO	230	1	0,03	573,99	65	5	0,25	4.236,96	28,26	4	0,18	3.101,95	0,47	4,7	7.912,90
PALMEIRINHA	445	1	0,07	1.110,54	74	5	0,28	4.823,62	16,63	4	0,11	1.825,25	0,46	4,6	7.759,41
LOT. MINOZZO E SÃO JOSÉ	625	1	0,09	1.559,75	96	5	0,37	6.257,67	15,36	4	0,10	1.685,94	0,56	5,6	9.503,35
SANTO ANTÔNIO	99	1	0,01	247,06	49	5	0,19	3.194,02	49,49	4	0,32	5.432,64	0,52	5,2	8.873,72
N SRA. DA SAÚDE	71	1	0,01	177,19	24	5	0,09	1.564,42	33,80	4	0,22	3.710,24	0,32	3,2	5.451,85
N. SRA. DA SALETE	131	1	0,02	326,92	112	5	0,43	7.300,61	85,50	4	0,55	9.384,18	1,00	10,0	17.011,72
SÃO LUIS	352	1	0,05	878,45	85	5	0,33	5.540,64	24,15	4	0,16	2.650,49	0,53	5,3	9.069,58
SAG. CORAÇÃO DE JESUS	265	1	0,04	661,33	94	5	0,36	6.127,30	35,47	4	0,23	3.893,42	0,63	6,3	10.682,06
BARRA SECA	556	1	0,08	1.387,55	221	5	0,85	14.405,67	39,75	4	0,26	4.362,82	1,19	11,9	20.156,04
SÃO MATEUS	107	1	0,02	267,03	50	5	0,19	3.259,20	46,73	4	0,30	5.129,04	0,51	5,1	8.655,27
SÃO JOÃO BOSCO	51	1	0,01	127,28	8	5	0,03	521,47	15,69	4	0,10	1.721,75	0,14	1,4	2.370,50
SANTA TEREZINHA	67	1	0,01	167,20	40	5	0,15	2.607,36	59,70	4	0,39	6.552,92	0,55	5,5	9.327,49
SÃO LUCAS	270	1	0,04	673,81	42	5	0,16	2.737,73	15,56	4	0,10	1.707,40	0,30	3,0	5.118,94
SANTA MARIA GORETI	263	1	0,04	656,34	53	5	0,20	3.454,75	20,15	4	0,13	2.211,92	0,37	3,7	6.323,02
NAVEGANTES	337	1	0,05	841,02	68	5	0,25	4.432,52	20,18	4	0,13	2.214,77	0,44	4,4	7.488,30
SANTO ISIDORO	193	1	0,03	481,65	43	5	0,16	2.802,91	22,28	4	0,14	2.445,46	0,34	3,4	5.730,03
SANTO ANJO	150	1	0,02	374,34	53	5	0,20	3.454,75	35,33	4	0,23	3.878,24	0,45	4,5	7.707,33
CENTRO	2.490	1	0,37	6.214,03	69	5	0,25	4.497,70	2,77	4	0,02	304,16	0,65	6,5	11.015,89
TOTAL	6.812	1	1	17.000,00	1304	5	5	85.000,00	619,53	4	4	68.000,00	10	100,0	170.000,00
RECURSOS PARA AS COMUNIDADES											170.000,00				

Quadro 4: Cálculo Recursos Comunidades Orçamento Participativo 2014
Fonte: Arquivo Municipal, 2014

O Quadro 4 pode ser descrito da seguinte forma: na coluna “População” consta a quantidade de moradores de cada comunidade, cujo valor de R\$ 17.000,00 será dividido. O mesmo ocorre na coluna “Votantes”, na qual o valor de R\$ 85.000,00 será dividido entre os votantes. E, por fim, os R\$ 68.000,00 serão divididos conforme a participação de cada comunidade, considerando-se que quanto maior a participação, maior o valor recebido. Totalizando R\$ 170.000,00 a serem distribuídos entre as comunidades do município para que essas realizem Obras Locais já definidas no Orçamento Participativo.

O orçamento do município para 2015 é de R\$ 26.128.000,00, desses, R\$ 170.000,00 são destinados ao Orçamento Participativo, representando 0,65% do Orçamento do Município de Paraí.

A divulgação das assembleias, assim como de seus resultados, é feita pelo poder público através do jornal e rádios do município, pelo site oficial <http://www.para.rs.gov.br>, rede social <https://www.facebook.com/prefeituramunicipaldeparairs> e Blog <http://pmparairs.blogspot.com.br> do município. Tendo ainda a apresentação dos resultados

aos conselheiros. Meios esses que facilitam o acesso dos cidadãos às informações relativas a todas as etapas que envolvem o Orçamento Participativo.

Além da observação dos processos de uma assembleia, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela Coordenação, Divulgação e Prestação de Contas referentes ao Orçamento, Natália Dido (Assessora de Imprensa) e Vivaldo Dal Pozzo (Secretário Indústria, Comércio, Esportes e Transportes).

A entrevistada Natália Dido afirma que o Orçamento Participativo “dá voz às pessoas e permite que elas decidam também junto com a administração, descentraliza o poder, não deixando somente na mão do gestor, faz com que as pessoas consigam participar, acompanhar, questionar”. Essa mesma ideia é colocada pelo entrevistado Vivaldo Dal Pozzo ao afirmar que é uma forma das pessoas decidirem onde é investido o dinheiro e acompanhar mais de perto o que acontece no município.

O entrevistado Vivaldo Dal Pozzo complementa “quanto mais pessoas participarem, mais a comunidade recebe”, pois a divisão considera a participação nas assembleias e possibilita escolher uma prioridade para a localidade onde o cidadão reside.

Natália Dido destaca que a divulgação é fundamental no que tange ao Orçamento Participativo, assim como o auxílio das diretorias das comunidades, pois “quando querem realizar alguma melhoria se empenham mais e buscam a participação de maior número de representantes da comunidade”.

Quando à participação, Vivaldo Dal Pozzo ressalta que essa “é positiva e satisfatória, apesar de não atingir toda a população, com maior mobilização nas comunidades do interior” visto que depende do interesse da comunidade. Natália complementa que a divulgação é constante no processo do Orçamento Participativo com objetivo de atingir toda a população, além dos meios conhecidos são enviados convites personalizados para as comunidades distribuírem e auxiliarem na divulgação.

Finalizam afirmando que “as comunidades/entidades tiveram muitas conquistas através do Orçamento Participativo, tornando-se referência na região”, através da utilização do dinheiro para uso comum diretamente na comunidade, além da prioridade municipal que atinge a todos os municípios.

Em entrevista informal com a moradora da Comunidade Barra Seca, Lianes Morés, ela afirma que com o Orçamento Participativo “a comunidade conseguiu realizar melhorias em suas estruturas, tendo a oportunidade de escolher o melhor projeto e participar da gestão”, possibilitando que todos participem, já que “ao menos são convidados a participarem”.

Por fim, em entrevista informal com Mauricio Richetti (Vereador) ele afirma que o Orçamento Participativo “é um mecanismo que decide em favor da coletividade, a distribuição de uma pequena parte do orçamento municipal”, sugerindo “divisão no Centro, pois o mesmo possui maior número de habitantes e tem apenas uma assembleia” e conclui que seria importante a participação de associações e entidades nas assembleias, assim como normatização para o Orçamento Participativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo possibilitou uma melhor compreensão de como o Orçamento Participativo é desenvolvido no município de Paraí - RS, atingindo assim os objetivos geral e específicos elencados na pesquisa.

O orçamento público é fundamental na gestão. Sem dúvida a participação popular é desejada e até “obrigatória” em algumas áreas públicas, meio de verificar e acompanhar a administração.

O município de Paraí-RS, conforme destacam os entrevistados, é referência no que tange ao Orçamento Participativo na região, visto que nem todos os municípios destinam valores para esse processo. Isso possibilita a distribuição de recursos aos cidadãos, através das assembleias realizadas nas 19 (dezenove) comunidades locais.

Apesar de não contemplar toda a população, visto que não é obrigatória, a participação é satisfatória e positiva e com maior mobilização nas comunidades do interior. Destacam-se como a principal prioridade das comunidades os investimentos em melhorias nos salões comunitários; como prioridade municipal pavimentação no interior e na cidade; e como programa municipal destaca-se a Saúde através de Consultas Especializadas.

Em síntese são projetos como esse que trazem o cidadão para junto da administração e possibilitam o controle social. Assim, destaca-se que a situação muda quando o cidadão reconhece sua responsabilidade perante a sociedade e acredita que pode fazer a diferença, participando da elaboração dos instrumentos de planejamento da administração pública. O resultado será satisfatório para todos os envolvidos.

Quando há a efetiva participação da sociedade na elaboração e execução dos orçamentos, conseqüentemente a aplicação dos recursos se dará de maneira mais eficiente e os serviços públicos serão prestados com maior qualidade.

O processo é adequado, sendo possível melhorar sua abrangência, incluindo organizações e instituições sem fins lucrativos, que necessitam de verba para realização dos projetos voluntários, divisão do bairro centro, pois tem maior número de habitantes e apenas uma assembleia.

Portanto, verifica-se a necessidade da regulamentação do Orçamento Participativo, assim como de suas audiências e percentuais a serem distribuídos às comunidades, com a definição de critérios objetivos em norma própria, além de sistematizar o seu funcionamento, para ampliar a transparência para o programa.

Por fim, abre-se espaço para pesquisas futuras, ampliando o presente estudo, com análise de outros aspectos, como: divulgação no portal da transparência, acesso à informação, controle social, dentre outros.

Além disso, poderão ser realizados estudos comparativos com outros municípios brasileiros de mesmo porte, a fim de buscar semelhanças e diferenças, bem como adotar outros procedimentos que potencializem a participação do cidadão no Orçamento Participativo, reforçando a cidadania necessária para o bom funcionamento do aparato público.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gardel. **O conceito do Orçamento Participativo e a possibilidade de implantação na Comissão Mista de Orçamento**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/artigos/2005/Artigo210.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 01 de out. 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 01 de out. 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso à informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 29 de out. 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle.** 1. ed. Saraiva, 2009. VitalBook file.

GOOGLE MAPS. **Paraí – RS.** Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Para%C3%AD+-+RS/@-28.5952867,-51.8581656,12z/data=!3m1!4m2!3m1!1s0x951d914036458fdd:0x84b2df5f3853d32d?hl=pt-BR>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Rio Grande do Sul – Paraí – RS.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=431400&search=rio-grande-do-sul|parai|info%EF1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>>. Acesso em: 12 out. 2015.

LEIRIA, Antônio Celso Nogueira. **Lei de Responsabilidade Fiscal.** Caxias do Sul: Editora Plenum, 2012.

LIMA, M. C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica.** 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Princípios de finanças públicas: teorias e questões.** Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍ. **Lei nº 3.073, de 11 de novembro de 2014.** Disponível em: <<http://www.parai.rs.gov.br>>. Acesso em: 28 de dez. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍ. **Site Oficial de Paraí.** Disponível em: <<http://www.parai.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Renato; BROWN, Jorge; BLIACHERIENE, Ana Clara. **Construindo o planejamento público**: buscando a integração entre política, gestão e participação popular. São Paulo: Atlas, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989**. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=jOK8zFzBfbE%3D&tabid=3683&mid=5358>>. Acesso em: 01 de out. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Rio Grande do Sul seus municípios e suas leis de criação**. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Download/CAM/cronologia_municipios.PDF>. Acesso em: 10 de out. 2015.

VASCONCELLOS, Alexandre. **Orçamento Público para concursos: inclui a Lei de responsabilidade fiscal**. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.